

COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS (POTIGÁS)
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO 2018

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos para apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em **31 de dezembro de 2018**.

Dando continuidade à estratégia de expansão da Companhia, em 2018 a POTIGÁS manteve seu foco na implementação de infraestrutura de distribuição de gás natural ampliando o atendimento aos diferentes setores produtivos do Rio Grande do Norte e aos segmentos de varejo, pautados na sustentabilidade do Negócio.

Foram interligados 1.784 novos clientes, dos quais 98,65% são residências que passaram a desfrutar da comodidade e segurança providas pelo gás natural, além de clientes comerciais, nos mais variados segmentos. O volume total de gás natural comercializado no período atingiu a marca de 116 milhões de m³, com maior participação dos segmentos industrial e de GNV (Gás Natural Veicular), que juntos, responderam por 95,17% das vendas.

O segmento industrial registrou um aumento de 0,97% no volume de gás em relação ao ano de 2017. Já o segmento veicular cresceu 3,00%, como resultado da margem de economia de 45% em relação a gasolina, a menor da série de dez anos. Os resultados consolidam a importância do gás natural como uma relevante fonte de energia no estado e, neste sentido, o Programa RN GAS MAIS vem contribuindo para atrair a novos empreendimentos industriais e principalmente na manutenção dos volumes atuais da indústria.

No tocante às ações de gestão da Companhia, a busca pela melhoria contínua permeou nossas iniciativas, destacando-se neste contexto, a implantação de novo Plano de Contas, o PCPGÁS, a aprovação do Regulamento de Licitações e do Estatuto Social, ambos nos moldes da Lei 13.303/2016, a continuidade nos investimentos em treinamento, que este ano alcançou a marca de 900 horas de treinamento, quase o dobro das horas alcançadas em 2017. Paralelamente, foram feitos investimentos em melhoria no sistema de distribuição, que se refletem em segurança operacional e reafirmam o compromisso da POTIGÁS com seus valores organizacionais.

Fiel à Missão de realizar a distribuição de gás natural no Estado do Rio Grande do Norte de forma sustentável, visando promover o desenvolvimento do Estado, a POTIGÁS trabalha ativamente na consolidação do gás natural como alternativa energética e nesta trajetória, conta com a energia que vem de todos que fazem a POTIGÁS.

Aos Acionistas, Colaboradores, Clientes e Fornecedores, expressamos os nossos sinceros agradecimentos.

A Administração.

DESEMPENHO FINANCEIRO E DE MERCADO CONSOLIDADOS

A tabela abaixo apresenta os valores relativos aos grandes indicadores que expressam o desempenho recente da POTIGÁS e onde pode-se observar o crescimento consistente do resultado da Companhia, refletido nos indicadores financeiros e de mercado, como resultado da estratégia de investimento nos segmentos residencial e comercial.

Econômico-financeiros (R\$ 1000)	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Receita operacional líquida	120.205	110.694	113.101	116.045	111.153	111.587	151.319	194.913
Lucro bruto	16.961	15.179	16.489	16.549	16.904	22.402	35.069	42.367
Margem bruta (%)	14,11%	13,71%	14,58%	14,26%	15,21%	20,08%	23,18%	21,74%
EBITDA (LAJIDA)*	13.445	10.154	9.840	9.112	9.291	14.311	24.023	30.016
Margem EBITDA (%)	11,19%	9,17%	8,70%	7,85%	8,36%	12,82%	15,88%	15,40%
Lucro líquido	7.146	4.299	4.452	2.473	6.120	7.899	15.786	22.399
Margem líquida (%)	5,94%	3,88%	3,94%	2,13%	5,51%	7,08%	10,43%	11,49%
Patrimônio líquido	45.512	44.281	45.483	48.223	53.063	55.575	63.805	73.251
Retorno s/ Patrimônio líquido méd	15,70%	9,71%	9,79%	5,13%	11,53%	14,21%	24,74%	30,58%
IPCA (IBGE)	6,50%	5,84%	5,91%	6,40%	10,67%	6,29%	2,95%	3,69%
IGP-DI (FGV)	5,01%	8,11%	5,53%	3,78%	10,67%	7,15%	-0,42%	-1,08%
Mercado	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Número de clientes	3.518	5.883	10.679	13.335	16.007	18.499	21.101	22.875
Gás natural vendido (m ³)	141.195.526	127.721.516	127.201.597	125.740.297	106.211.363	101.194.540	113.350.127	116.015.948
Extensão da rede (km)	304	324	338	351	367	391	407	416

*EBITDA = *Earnings before interest, tax, depreciation and amortization* (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização).

MERCADO DE GÁS NATURAL

1. Volume de Vendas

GÁS NATURAL COMERCIALIZADO NO PERÍODO		
	%	VOLUME m ³
Industrial	46,52%	53.970.005
Veicular e GNC	48,65%	56.439.580
Cogeração	0,09%	103.026
Comercial	3,18%	3.693.568
Residencial	1,56%	1.809.769
TOTAL	100%	116.015.948

Durante 2018, a POTIGÁS comercializou 116.015.948 m³ de gás natural, que representa 2,35% a mais do volume de 2017, que foi 113.350.127 m³.

Os segmentos com maior participação de mercado são o industrial e o GNV, que juntos respondem por 95,17% do total comercializado, seguidos pelos segmentos de varejo (residencial, comercial e co-geração), cuja participação é de 4,83%.

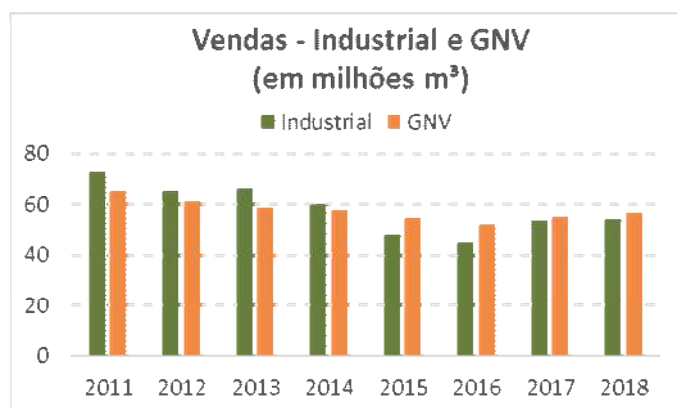
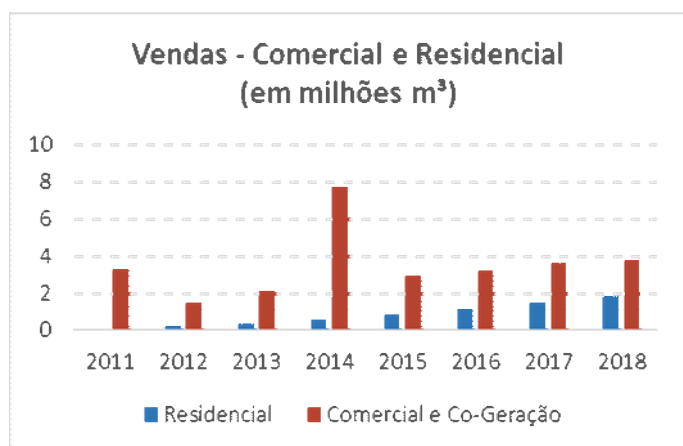
No segmento industrial, a média diária do volume de vendas foi de 147.863 m³/dia em 2018 e de 146.443 m³/dia em 2017, representando um aumento de 0,97%, causado, principalmente, pelo aumento de consumo da fábrica da Cerâmica Elizabeth localizada no município de

Goianinha. O principal mercado do segmento ainda é o setor têxtil, com média diária de 98.512 m³/dia, representando 66,62% do volume industrial e 30,99% das vendas da Companhia.

No segmento veicular, a média diária do volume foi de 139.994 m³/dia em 2018 e de 131.715 m³/dia em 2017, representando um aumento nas vendas de 6,29%, causada pela competitividade ainda bastante favorável do gás natural em relação aos combustíveis líquidos. Nos mercados atendidos pelo gás natural comprimido (GNC), a média diária do volume de vendas foi de 14.635 m³/dia em 2018 e, se comparado aos 18.414 m³/dia em 2017, representa uma redução nas vendas de 20,52%, devido à perda de volume do segmento para comercializadores de gás extraído de campos maduros, gás de poço+

Nos segmentos comercial e residencial, o volume médio de vendas foi de 15.078 m³/dia em 2018 e 13.707 m³/dia em 2017, representando um aumento nas vendas de 10,00%, ressaltando-se que este aumento é resultado direto da prioridade dos investimentos da Companhia na expansão e saturação da rede nos últimos anos.

Os gráficos a seguir demonstram a evolução do mercado atendido pela POTIGAS, por segmento:



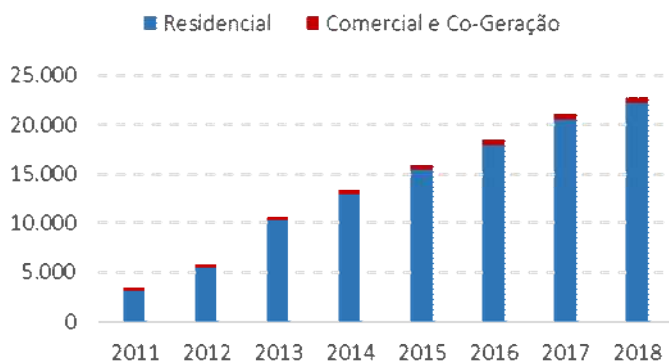
Para 2019, com a continuidade do processo de expansão e saturação da rede de gasodutos de Mossoró e da Grande Natal, visando o atendimento, principalmente, aos segmentos residencial e comercial, a previsão de vendas é de 317.593 m³/dia, volume similar ao alcançado em 2019, dado cenário de indefinições no segmento de Gás Natural Comprimido e inexistência de novos empreendimentos industriais neste horizonte de planejamento.

Número de Clientes

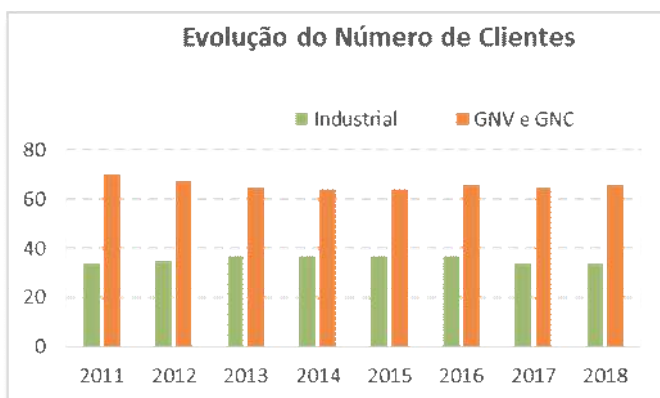
Durante o exercício de 2018, a POTIGÁS incorporou em sua carteira 1.784 clientes, sendo: 23 (vinte e três) unidades comerciais, 01 (um) cliente de GNV e 1.760 (um mil, setecentos e sessenta) UDA's (Unidades Domiciliares Autônomas) residenciais, contribuindo cada vez mais para o fortalecimento das vendas da Companhia..

A POTIGÁS projeta para 2019 um crescimento de 10,97% em seu atual número de clientes, sobretudo no segmento residencial e comercial, segmentos nos quais a Companhia planeja ampliar seus investimentos, devendo, ao final de 2019, incrementar 2.510 (dois mil, quinhentos e dez) novos clientes à carteira da Companhia.

Evolução do Número de Clientes



Evolução do Número de Clientes

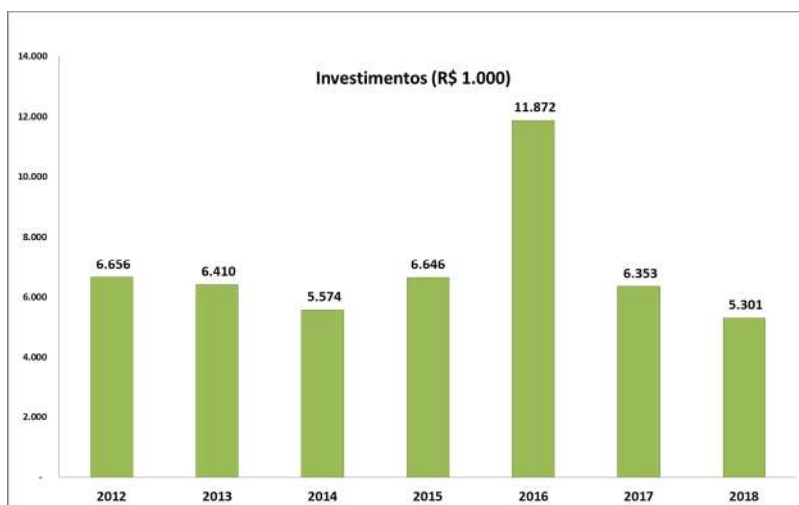


INVESTIMENTOS

Durante 2018 a Companhia priorizou a expansão e adequação da rede de distribuição, bem como a confiabilidade e infraestrutura das suas instalações. Foi investido, durante o exercício, o montante de R\$ 5.301 mil, integralmente realizados com recursos próprios oriundos da venda do gás natural. Destacam-se os seguintes investimentos:

- Expansão da malha de gasodutos da Grande Natal em mais 9,64 Km com a construção de redes para atendimento aos bairros de Tirol, Capim Macio, Lagoa Nova, Nova Parnamirim e Candelária.
- Expansão da malha de gasodutos na cidade de Mossoró em mais 314 m com a construção de redes para atendimento a clientes comerciais e residenciais.

O Gráfico abaixo ilustra o ritmo de crescimento dos investimentos da POTIGÁS nos últimos 07 Exercícios.



Além dos investimentos em rede, destacam-se ainda os projetos de segurança operacional tais como: i) Construção de abrigos e instalação de cromatógrafos para aferir a composição do gás natural adquirido e fornecido pela POTIGÁS a seus clientes; ii) Remanejamento do gasoduto e eliminação da interferência do mesmo com as obras de mobilidade Urbana do DNIT na BR 101 na altura do cruzamento com a Av Maria Lacerda Montenegro;

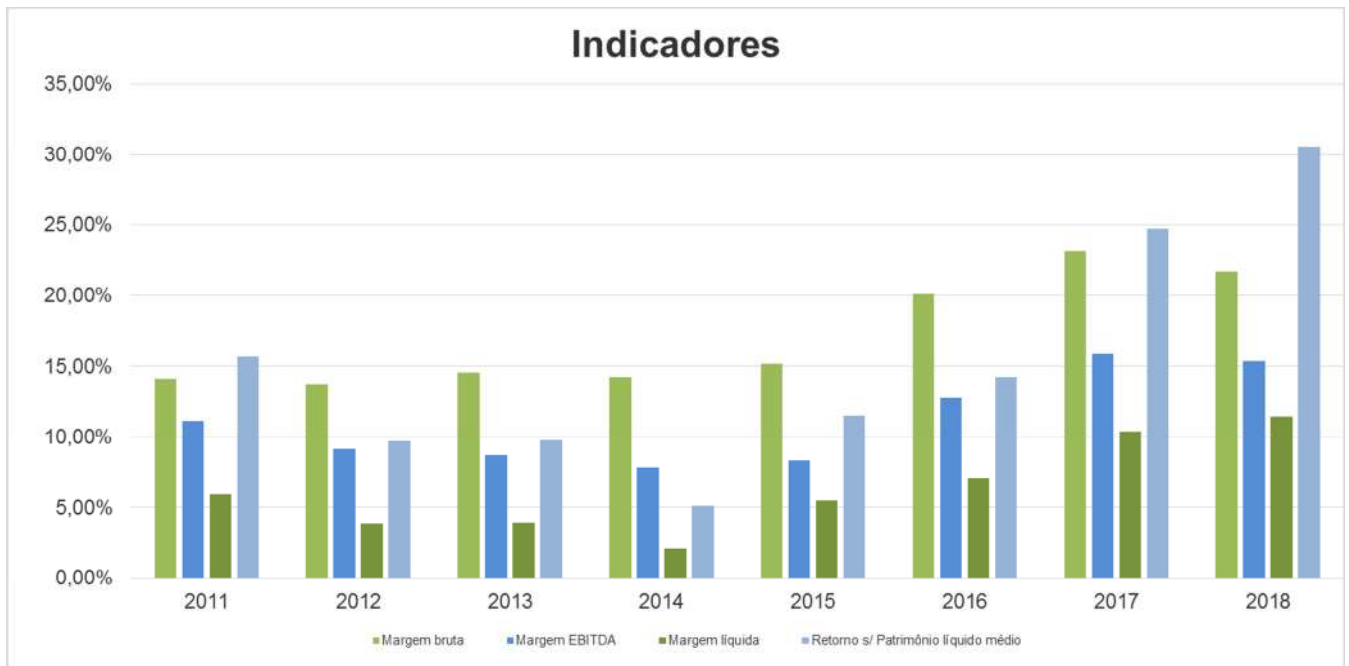
Para o ano de 2019, há uma previsão de investimentos da ordem de R\$ 12.655,23 mil com recursos próprios oriundos da comercialização de gás natural, com destaque para os seguintes projetos:

- Expansão da Rede principal na Grande Natal, com lançamento projetado de 15.660 m de rede de PEAD nos seguintes bairros: Tirol, Petrópolis, Candelária, Ribeira, Pitimbu, Nova Parnamirim, Parnamirim Centro e Lagoa Nova;
- Expansão da Rede principal em Mossoró, com lançamento projetado de 5.203 m de rede de PEAD nos seguintes bairros: Centro, Nova Betânia e Alto de São Manoel.
- Investimento em melhorias operacionais, como a reforma na Estação de Regulagem de Pressão (ERP) de Igapó, e implantação de melhorias no pátio de armazenamento da POTIGÁS no Cia Macaíba.
- Implantação de tecnologia GIS para um melhor acompanhamento e gerenciamento da rede da POTIGÁS e seus diversos ativos;
- Investimento em segurança e confiabilidade da rede com o remanejamento de redes da Potigás em razão de interferências com obras de mobilidade Urbana promovidas pelo DNIT na confluência das rodovias BR 101, BR 406 e RN 160 (Gancho de Igapó);
- Investimento na mudança para a nova sede da POTIGÁS em Natal, que oferecerá uma estrutura mais compatível com a demanda e o porte atual da empresa e permitirá um melhor atendimento aos seus clientes, fornecedores e demais partes interessadas projetando assim um crescimento futuro;
- Interligação de 80 novos Pontos de Entrega de clientes no Estado do RN.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Lucro Líquido do exercício de 2018 foi de R\$ 22.399 mil, como resultado do desempenho das vendas, especialmente no segmento cerâmico.

Econômico-financeiros (R\$ 1000)	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Margem bruta (%)	14,11%	13,71%	14,58%	14,26%	15,21%	20,08%	23,18%	21,74%
Margem EBITDA (%)	11,19%	9,17%	8,70%	7,85%	8,36%	12,82%	15,88%	15,40%
Margem líquida (%)	5,94%	3,88%	3,94%	2,13%	5,51%	7,08%	10,43%	11,49%
Retorno s/ Patrimônio líquido méd	15,70%	9,71%	9,79%	5,13%	11,53%	14,21%	24,74%	30,58%



RESPONSABILIDADE SOCIAL

Consolidando suas práticas de Responsabilidade Social, em 2018 a POTIGAS apoiou as seguintes instituições e seus projetos

- Projeto %5º Triathlon Tiradentes+, promovido pelo Comando Geral da Polícia Militar em comemoração aos 184 anos da Corporação. A corrida contou com a participação de mais de 500 participantes e buscou incentivar a prática de atividades físicas na população potiguar. Valor do patrocínio: R\$ 4 mil
- Projeto %6ª Caminhada da Mãe Potiguar+, idealizada pelo Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar e Secretaria Estadual de Saúde, com o objetivo de divulgar e discutir temas como a saúde da mulher e do bebê, além de arrecadar alimentos para entidades beneficentes do Rio Grande do Norte. Valor do patrocínio: R\$ 15 mil
- Projeto %III Caminhada Histórica de Natal+: projeto que tratou do resgate histórico e cultural através de visitas a monumentos históricos no bairro da Ribeira, em Natal. Valor do Patrocínio: R\$ 15 mil
- Projeto %Feijoadada do Bem+, promovida pela Associação Amigos do Coração da Criança com objetivo de arrecadar fundos para viabilizar os atendimentos de serviço social, psicologia, enfermagem, fisioterapia, consultas cardiopediátricas, ecocardiogramas, odontologia, exames laboratoriais, entre outros. Valor do Patrocínio: R\$ 3 mil

METAS 2018

O desempenho de 2018 resultou no alcance das metas corporativas estabelecidas para 2018, quais foram:

- Realizar Volume previsto no Orçamento;
- Realizar Margem prevista no Orçamento;
- Realizar Custos e Despesas previstos no Orçamento;

PERSPECTIVAS PARA 2019

Para 2019, a expectativa é um crescimento de mercado nos segmentos de varejo e a continuidade dos investimentos para viabilizar a expansão desses mercados, assim como os investimentos em melhoria, segurança e modernização da rede de distribuição.

Além dos desafios de mercado, inclui-se aqueles voltados à gestão, tais como controle de custos, melhoria de processos, adaptação à Lei 13.303/2016, negociação do contrato de suprimento, gestão da margem regulatória e harmonização da Lei do Gás com a regulação estadual.

OUTROS ASSUNTOS:

Os valores em trânsito com as partes relacionadas, Governo do Estado e Petrobras S/A, provenientes das aquisições de gás incentivado, correspondem aos valores retidos pela Potigás, referentes ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial pelo Incentivo de Gás Natural . PROGÁS oferecido às indústrias do Rio Grande do Norte pelo Governo do Estado.

Em 05/05/2014 houve o ingresso por parte da PETROBRAS de Ação Ordinária de Cobrança cumulada com Resolução Contratual por Onerosidade Excessiva contra o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e a POTIGÁS, perante a 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Natal/RN - Proc. n. 0804220-85.2014.8.20.0001, tendo por objeto a resolução do contrato de compra e venda de gás (PROGÁS), pela suposta existência de onerosidade excessiva para a PETROBRAS.

A presente ação foi devidamente contestada pela POTIGÁS em 31/07/2014, bem como pelo Governo do Estado do RN, em 01/09/2014, onde foram pleiteados a aplicação da prescrição quinquenal, nos termos da Lei n_9494/97, art. 1. C, o chamamento para integrar a lide em seu polo passivo do IDEMA-RN e GASPETRO, a realização de perícia contábil e o julgamento pela sua total improcedência.

A Assessoria Jurídica da Potigás, através do seu parecer n.º 100/2016, classifica como possível a perda da ação movida pela PETROBRAS S/A em desfavor do Estado do Rio Grande do Norte e da POTIGÁS, estando o processo em fase de conhecimento, sem haver julgamento até a data de emissão deste Relatório de Administração.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia informa que não possui outros contratos com seu auditor independente que não o de auditoria das Demonstrações Contábeis presentemente divulgadas.

Natal, 22 de março de 2019

Larissa Dantas Gentile
Diretora Presidente

Eliana de Menezes Bandeira
Diretora Administrativa Financeira

Sérgio Henrique Guimarães de Paula
Diretor Técnico Comercial

Companhia Potiguar de Gás (Potigás)

Balço Patrimonial

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2017 reapresentado
Circulante				
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	35.642	25.628	25.628
Contas a receber	5	13.727	9.656	9.656
Clientes	5c	11.917	8.126	8.126
Partes relacionadas	5a	1.810	1.530	1.530
Imposto e contribuições a recuperar	6.1	46	25	25
Estoques		1.431	899	899
Despesas antecipadas		223	213	213
Outros ativos		285	2.147	2.147
		51.354	38.568	38.568
Não Circulante				
Realizável a longo prazo				
Contas a receber		-	-	-
Partes relacionadas	5b	80.446	80.446	80.446
(-) Conta retificadora PROGÁS	2l	(80.446)	(80.446)	(80.446)
Tributos a recuperar	6.1	-	-	-
Tributos diferidos	6.2	1.867	1.750	1.750
Depósitos Judiciais		346	202	202
		2.213	1.952	1.952
Investimento	7	518	518	518
Imobilizado	8	-	1.943	-
Intangível	8	44.625	42.993	44.936
		45.143	45.454	45.454
Totais do Ativo		98.710	85.974	85.974

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2017 reapresentado
Circulante				
Fornecedores		10.555	8.578	8.578
Terceiros	9	8.964	6.326	6.326
Partes relacionadas	10	1.591	2.252	2.252
Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar		2.184	2.516	2.516
Tributos a pagar	6.3	1.558	1.922	962
IRPJ e CSLL a pagar	6.3	887	-	960
Dividendos e JSCP a pagar	11.3	4.187	2.922	2.922
Contas a pagar partes Relacionadas		742	-	678
Debitos nas operações de venda de gás		311	-	799
Outros passivos		123	2.067	590
		20.547	18.005	18.005
Não Circulante				
Fornecedores		-	-	-
Partes relacionadas	10	80.446	80.446	80.446
(-) Conta retificadora PROGÁS	2l	(80.446)	(80.446)	(80.446)
Provisão para contingências	18	4.274	4.150	4.150
Outros passivos		638	14	14
		4.912	4.164	4.164
Patrimônio líquido				
Capital social	11			
Capital social	11.1	46.999	43.689	43.689
Reservas de lucros	11.2	13.690	11.351	11.351
Reserva legal		5.569	4.449	4.449
Reserva de incentivos fiscais		5.120	3.901	3.901
Reserva de Retenção de Lucros		3.001	3.001	3.001
Dividendos adicionais propostos	11.3	12.562	8.765	8.765
		73.251	63.805	63.805
Totais do Passivo		98.710	85.974	85.974

Demonstração do Resultado

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2017 reapresentado
Receita operacional líquida	12	194.913	151.319	151.319
Receita de Construção (NBC TG 47 - ITG 01 (R1))	12	5.302		7.333
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	13	(152.546)	(116.250)	(116.250)
Custo de Construção (NBC TG 47 - ITG 01 (R1))	13	(5.302)		(7.333)
Lucro bruto		42.367	35.069	35.069
Receitas (despesas) operacionais				
Administrativas e gerais	14	(15.270)	(15.218)	(15.218)
Tributárias		(2.715)	(1.948)	(1.948)
Resultado de outras receitas e despesas operacionais	15	(268)	(174)	(174)
Resultado financeiro	16	2.919	1.446	1.446
Receitas financeiras		3.324	1.749	1.749
Despesas financeiras		(405)	(303)	(303)
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social		27.033	19.175	19.175
Imposto de renda e contribuição social correntes		(9.374)	(6.796)	(6.796)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		117	96	96
Incentivos Fiscais		4.623	3.311	3.311
Lucro Líquido do exercício		22.399	15.786	15.786
Lucro Líquido por lote de mil ações (em R\$)		5,28	3,72	3,72

Quantidade de ações: 4.245.000 nos dois exercícios

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Posição acumulada até 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros ou prejuízos acumulados	Total
		Legal	Incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 01 de janeiro de 2017	38.371	3.660	5.923	3.001	4.622	0	55.577
Lucro líquido do exercício						15.786	15.786
Resultado de Exercícios Anteriores							-
Aumento de capital	5.318		(5.318)				-
Destinações:							-
Reserva legal		789				(789)	-
Reserva de incentivos fiscais			3.311			(3.311)	-
Reserva de retenção de lucros							-
Dividendos adicionais propostos					8.765	(8.765)	-
Distribuição de lucros					(4.622)	(2.921)	(7.543)
Acréscimo ou redução por ajuste de exercícios anteriores			(14)				(14)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	43.689	4.449	3.901	3.001	8.765	0	63.805
Lucro líquido do exercício						22.399	22.399
Resultado de Exercícios Anteriores							-
Aumento de capital	3.310		(3.310)				-
Destinações:							-
Reserva legal		1.120				(1.120)	-
Reserva de incentivos fiscais			4.529			(4.529)	-
Reserva de retenção de lucros							-
Dividendos adicionais propostos					12.562	(12.562)	-
Distribuição de lucros					(8.765)	(4.188)	(12.953)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	46.999	5.569	5.120	3.001	12.562	0	73.251

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (método indireto)

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2017 reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro Líquido antes do imposto de renda e contribuição social		27.033	19.175	19.175
Ajustes para reconciliar o Lucro Líquido com o Caixa:				
Depreciação e amortização		5.902	6.294	6.294
Provisão para processos judiciais	18	124	283	283
Provisão para perdas nos recebimentos de créditos		838	-	-
Participação nos lucros de funcionários e administradores		689	646	646
Ajuste de variação monetária		184	127	127
Lucro Líquido Ajustado		34.771	26.525	26.525
Variações nos Ativos:				
Contas a receber		(4.629)	(2.806)	(2.806)
Partes relacionadas		(280)	(428)	(428)
Imposto e contribuições a recuperar		(21)	1.350	1.350
Estoques		(532)	(42)	(42)
Despesas antecipadas		(10)	(21)	(21)
Depósitos judiciais		(144)	23	23
Outras contas a receber		1.862	(1.816)	(1.816)
Variações nos Passivos:				
Fornecedores		2.638	623	623
Partes relacionadas		(597)	2.044	2.044
Imposto e contribuições a recolher		596	998	998
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.634)	(3.485)	(3.485)
Salários e contribuições sociais		(1.021)	(282)	(282)
Outras contas a pagar		(331)	186	186
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		27.668	22.869	22.869
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adições ao intangível		(5.968)	(19.574)	(5.750)
Baixa do intangível		-	13.824	-
Adições ao imobilizado		-	(315)	(315)
Baixa do imobilizado		-	4	4
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(5.968)	(6.061)	(6.061)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos pagos		(11.686)	(11.287)	(11.287)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(11.686)	(11.287)	(11.287)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		10.014	5.521	5.521
No fim do período		35.642	25.628	25.628
No início do período		25.628	20.107	20.107

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor AdicionadoExercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	31/12/2018		31/12/2017		31/12/2017 reapresentado	
1 Receitas	276.338		218.494		218.495	
1.1 Vendas de mercadorias, produtos e serviços	275.717		210.838		218.171	
1.2 Outras receitas	1.459		324		324	
1.3 Receitas relativas à construção de ativos próprios	-		7.332		-	
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Reversão/Constituição)	(838)		-		-	
2 Insumos adquiridos de terceiros	(191.202)		(147.362)		(149.061)	
2.1 Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(187.213)		(137.334)		(144.677)	
2.2 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.525)		(7.477)		(4.010)	
2.3 Perda / Recuperação de valores ativos	(3)		31		(65)	
2.4 Outras (Provisões de Contingências, Indenizações, Ressarcimentos e Outras)	(461)		(2.582)		(309)	
3 Valor adicionado bruto (1-2)	85.136		71.132		69.434	
4 Depreciação, amortização e exaustão	(5.902)		(6.436)		(6.294)	
5 Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)	79.234		64.696		63.139	
6 Valor adicionado recebido em transferência	3.324		1.749		1.749	
6.1 Receitas financeiras	3.324		1.749		1.749	
7 Valor adicionado total a distribuir (5+6)	82.558		66.445		64.888	
8 Distribuição do valor adicionado	82.558		66.445		64.888	
8.1 Pessoal	10.771	13%	11.396	17%	10.080	16%
8.1.1 Remuneração direta	9.014	11%	9.584	14%	8.477	13%
8.1.2 Benefícios	1.217	1%	1.216	2%	1.090	2%
8.1.3 F.G.T.S	540	1%	596	1%	513	1%
8.2 Impostos, taxas e contribuições	47.983	58%	38.410	58%	38.195	59%
8.2.1 Federais	15.115	18%	12.362	19%	12.157	19%
8.2.2 Estaduais	32.848	40%	26.028	39%	26.018	40%
8.2.3 Municipais	20	0%	20	0%	20	0%
8.3 Remuneração de capitais de terceiros	1.406	2%	853	1%	827	1%
8.3.1 Juros	405	0%	-	0%	303	0%
8.3.2 Aluguéis	1.001	1%	550	1%	524	1%
8.3.3 Outras (Descontos Concedidos, Multas e Variação Monetária Passiva)	-	0%	303	0%	-	0%
8.4 Remuneração de Capitais Próprios	22.398	27%	15.786	24%	15.786	24%
8.4.1 Dividendos	4.187	5%	2.922	4%	2.922	5%
8.4.2 Lucros retidos	18.211	22%	12.864	19%	12.864	20%
Valor adicionado distribuído	82.558	100%	66.445	100%	64.888	100%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Potiguar de Gás - POTIGÁS, sociedade anônima de capital fechado, é uma empresa de economia mista, controlada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, autorizada a funcionar de acordo com a Lei Estadual nº 6.502 de 26 de novembro de 1993, sendo constituída em 18 de julho de 1994, e tendo por objeto social a produção, processamento e execução, com exclusividade, dos serviços públicos de distribuição de gás natural no Estado do Rio Grande do Norte.

A Companhia é concessionária exclusiva pelo prazo de 50 anos dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado do Rio Grande do Norte, conforme contrato de concessão assinado em 21 de dezembro de 1994.

Ao término do contrato, ocorrerá a reversão ao poder concedente dos bens e das instalações vinculados aos serviços públicos mencionados, procedendo-se aos levantamentos, às avaliações e à determinação do valor de indenização à Companhia da infraestrutura ainda não amortizada, observando-se os valores e as datas de sua incorporação ao patrimônio do Estado.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando as modificações introduzidas pela Lei nº 11.941/09 e pela Lei nº 11.638/07 que alteraram a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, regulamentadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.

a) Demonstração dos fluxos de caixa - DFC

Na elaboração dos Fluxos de Caixa foram observadas as orientações da NBC TG 03 (R2) no que se refere à apresentação de informações acerca das alterações históricas de caixa e equivalentes de caixa de uma entidade por meio de demonstração que classifique os fluxos de caixa do exercício por atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras divulgadas ao final de cada período.

b) Ajuste a valor presente (AVP)

No que se refere ao Ajuste a Valor Presente foi aplicada a NBC TG 12, que estabelece os requisitos básicos a serem observados quando da aplicação do ajuste a valor presente na mensuração de ativos e passivos, decorrentes de operações de longo prazo e operações relevantes de curto prazo, no momento inicial em que tais ativos e passivos são reconhecidos, bem como nos balanços subsequentes. Não foram necessários ajustes a valor presente de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2018.

c) Contrato de concessão

Reconhecido de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), o qual determina que as empresas Concessionárias de Serviços Públicos, registrem os efeitos do contrato de concessão em suas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

Demonstrações Financeiras quando da ocorrência da seguinte situação: o Poder Concedente controla ou regulamenta quais serviços o Concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço. Desta forma, a Companhia reconheceu como intangível, em substituição ao imobilizado relativo à construção de infraestrutura e aquisição de bens necessários para a prestação dos serviços de distribuição de gás, o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás.

d) Ativos intangíveis

Registrados com base na NBC TG 04 (R1), o qual define o tratamento contábil a ser dado aos ativos intangíveis que não são abrangidos especificamente por outros pronunciamentos. A Companhia apresenta, em seu ativo intangível, os valores referentes a construção de infraestrutura e aquisição de bens necessários para a prestação dos serviços de distribuição de gás.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (VRA) - (Impairment)

Com relação ao VRA foi observado a NBC TG 01 (R2), que define procedimentos visando assegurar que os ativos da Companhia não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda. Os estudos realizados demonstraram que o valor contábil líquido dos Ativos avaliados apresentam capacidade de recuperação, pois, o valor em uso desses Ativos, mensurado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados por eles, é superior ao seu valor contábil registrado.

f) Subvenções e assistências governamentais

No que concerne as Subvenções e Assistências Governamentais, foi observado a NBC TG 07 (R1), a qual define o procedimento a ser aplicado na contabilização e na divulgação de subvenção governamental e na divulgação de outras formas de assistência governamental. Considerando o disposto na referida NBC TG, a Companhia registrou os incentivos fiscais decorrentes de doações ou subvenções governamentais recebidas diretamente no resultado do exercício pelo regime de competência.

g) Divulgações sobre partes relacionadas

Para as Partes Relacionadas, foi observada a NBC TG 05 (R2), a qual estabelece que as demonstrações financeiras da entidade contenham as divulgações necessárias para evidenciar a possibilidade de que sua posição financeira e seu resultado possam ter sido, ou não, afetados pela existência de transações e saldos com partes relacionadas. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Potigás não possui operações com partes relacionadas além das demonstradas nestas notas explicativas e demonstrações financeiras.

h) Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem, por finalidade, evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período, e sua apresentação está em conformidade com o requerido pela legislação societária brasileira. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A DVA, em sua primeira parte,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

i) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Foi observada a NBC TG 25 que recomenda que se reconheça uma provisão em função de um evento passado que gera uma obrigação possível, estimada de maneira confiável e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade, mas com provável necessidade de que um recurso econômico seja exigido para liquidá-la.

j) Receitas de contratos com clientes

A NBC TG 47 (IFRS 15) estabeleceu um novo modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. Este pronunciamento substituiu as orientações anteriores para o reconhecimento da receita presentes no IAS 18 (CPC 30 (R1)) - Receitas, IAS 11 (CPC 17 (R1)) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, e se tornou efetivo a partir de 01/01/2018.

O princípio fundamental do CPC 47 (IFRS 15) consiste em que a entidade deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens e serviços. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- “ Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente;
- “ Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato;
- “ Passo 3: Determinar o preço da transação;
- “ Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato;
- “ Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

De acordo com este Pronunciamento, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o controle dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente.

Neste sentido, a Potigás reconhece receitas oriundas principalmente da venda de gás canalizado, conforme divulgado na nota explicativa nº 12.

Neste sentido, a Administração da entidade não identificou impactos significativos na aplicação do IFRS 15 (CPC 47) sobre a posição patrimonial e financeira e/ou o desempenho das operações das companhias.

k) Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

a) Metodologia de operacionalização do PROGÁS.

A Diretoria Executiva da Companhia deliberou em sua reunião DIREX nº 243/2016 pela retificação dos saldos acumulados registrados na conta Fornecedores PETROLEO BRASILEIRO S/A - GAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

INCENTIVADO bem como, no Contas a receber ESTADO DO RN - GÁS INCENTIVADO, tendo em vista que em conformidade com a interpretação do Art. 13, I e II do Decreto Estadual nº 13.957, de 11/05/1998, a Companhia é mera repassadora do benefício concedido pelo Estado às Indústrias contempladas pelo PROGÁS, ao fornecer gás natural à preço subsidiado, e que as contrapartidas às retenções efetuadas pela Companhia nas faturas de compra de gás fornecido pela PETROBRAS, necessárias à execução do programa, devem ser compensadas diretamente pelo Estado do RN à PETROBRAS, sem transitar pela Companhia, sob a forma de descontos concedidos sobre o valor das licenças ambientais expedidas pelo IDEMA nos termos do Art. 55 §§ 1º a 4º da Lei complementar 272/2004. Dada a natureza destas operações e face aos prazos de realização, os saldos registrados nas contas supramencionadas encontram-se registrados, respectivamente, nas contas de passivo e ativo não circulante.

b) Migração dos bens do Ativo Imobilizado para o Ativo Intangível

Com base em recomendação da auditoria, consoante a prática utilizada no mercado de distribuição de gás canalizado, a POTIGÁS realizou a migração dos bens patrimoniais da Companhia do Ativo Imobilizado para o Ativo Intangível, sob o entendimento de que, mesmo indiretamente, os bens Patrimoniais da Companhia estariam vinculados a execução da atividade fim da POTIGÁS atendendo aos pré-requisitos de composição da Base de Ativos para efeito tarifário, sendo, dessa forma, também reversíveis ao patrimônio do Poder Concedente ao final da concessão. Anteriormente a Potigás mantinha no grupo do Ativo Intangível apenas àqueles bens que eram considerados componentes da infraestrutura de gasodutos ou vinculados diretamente a sua operação e manutenção.

l) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, depósitos bancários, aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores há três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

m) Aplicação Financeira

Registrada pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento das demonstrações, apurado pelo critério pró-rata *temporis*;

n) Contas a Receber

São registradas pelo valor nominal com base no regime de competência, ajustado ao valor presente quando aplicável. Nos exercícios findos em 31/12/2018 e 31/12/2017, não houve ajuste a valor presente do Contas a Receber, considerado o curto prazo de seus vencimentos

o) Provisão para Perda com Créditos

Calculada de acordo com a análise de probabilidade de realização pela Comissão de Débitos e Créditos da Companhia (CDC) e posterior decisão da Diretoria Executiva da Companhia.

p) Estoques

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

Registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável;

q) Imobilizado

Conforme mencionado na nota explicativa ~~10~~, todos os bens do Ativo Imobilizado foram transferidos para o Ativo Intangível sendo amortizados a taxa de 10% ao ano conforme preconiza o Contrato de Concessão firmado entre o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e a POTIGÁS.

r) Intangível

Os ativos intangíveis são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A amortização de tais ativos é calculada pelo método linear com base na taxa de 10% a.a. e leva em consideração os benefícios econômicos futuros dos ativos componentes da infraestrutura utilizados no cálculo da tarifa conforme contrato de concessão.

s) Tributação

a) Impostos e contribuições sobre o lucro

Os impostos e contribuições correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data da elaboração das demonstrações, onde a provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% e a provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido é calculada à alíquota de 9%.

Os impostos e contribuições diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporais entre o valor contábil do ativo ou passivo e sua base fiscal, prejuízo fiscal e da base negativa da contribuição social, quando aplicável, e são calculados no período quando for realizado o Ativo ou liquidado o Passivo.

A Companhia se beneficia do direito à redução de 75% do Imposto sobre a Renda e Adicionais, calculados com base no Lucro da Exploração, decorrente da obtenção do Laudo Constitutivo nº 0079/2012 emitido pela ADENE, atual SUDENE.

b) Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes em média de 9,25%. As receitas de vendas estão sujeitas ainda a substituição tributária do ICMS, pela alíquota de 18%

t) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias, deduzidos as provisões de perda e ajuste ao valor de mercado;

u) Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes

Estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos, quando aplicáveis, os encargos incorridos;

v) Ativos e Passivos Contingentes

Para a mensuração e o reconhecimento contábil de obrigações legais e de ativos e passivos decorrentes de contingências são observados os critérios definidos na NBC TG 25 . Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

w) Estimativas contábeis e julgamento

São utilizadas para mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos à eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis de cada bem do ativo imobilizado; provisão para perda com créditos; provisão para perdas no estoque; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; e as considerações de reconhecimento.

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos à estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para desvalorização de estoques, impostos diferidos ativos, provisão para contingências e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

x) Receitas e custos de construção

As receitas e os custos de construção, cuja evidenciação se tornou obrigatória para concessionárias de serviços públicos a partir da Interpretação Técnica ICPC 01(R2), foram reconhecidas conforme o NBC TG 47 - Receitas de contratos e ITG 01 (R1) . Contratos de Concessão. Por tratar-se de técnica contábil, sem efeito no resultado, sua demonstração ocorrerá através da Nota Explicativa nº 16.

y) Moeda funcional

Os itens incluídos nas informações anuais da Companhia são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que ela atua. Portanto, as demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

z) Instrumentos Financeiros

A NBC TG 48 traz uma nova abordagem para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A partir de 2018, a classificação e mensuração dos ativos financeiros passou a depender diretamente do modelo de negócios da empresa para gerenciamento desses ativos.

Classificação dos ativos e passivos financeiros:

a) Contas a receber - Clientes

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

A Potigás historicamente mantém seus recebíveis em carteira até o seu vencimento, a NBC TG 48 prescreve o tratamento de custo amortizado, o que implica dizer que o contas a receber permanece pelo valor da venda efetuada ao cliente, ajustado por eventuais abatimentos, ajustes a valor presente (quando se tratar de recebíveis com prazo de recebimento superior a 365 dias) e outros eventuais custos inerentes à transação.

b) Créditos e débitos nas operações de compra e venda de gás

Os créditos e débitos provenientes do pagamento de cláusulas contratuais de Take or Pay Recuperável são registrados a valor justo conforme variação do preço da commodity do gás. Dessa forma o volume adquirido pelo pagamento de TOP Recuperável passa a ser ajustado pelo do custo médio do gás conforme as variações de mercado.

Prospecção de perdas de créditos:

A Companhia avaliou a probabilidade de perdas futuras de cada segmento e opinou pela imaterialidade das mesmas por serem inferiores a 1% da receita bruta da Companhia. Desta forma, a Administração não identificou a necessidade de complemento da provisão esperada de crédito de liquidação duvidosa e concluíram que a mensuração será mantida na mesma base adotada, e não identificaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades da Companhia não absorvidas nas atividades operacionais, de investimentos, ou de financiamentos (amortização de dívidas, pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio) são mantidas em aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Mesmo as aplicações que possuem prazos de liquidez pactuados contratualmente com as instituições financeiras superiores a três meses possuem liquidez imediata, podendo ser resgatadas a qualquer tempo.

Caixa e Equivalentes de caixa		
Contas	31/12/18	31/12/17
Disponibilidades	4.006	2.774
Aplicações Financeiras	31.636	22.854
TOTAL	35.642	25.628

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Valores expressos em milhares de Reais)

Aplicações Financeiras		
Contas	31/12/18	31/12/17
BANCO DO BRASIL S/A - BB RF CP CORP 400MIL	29.600	2.801
RENDA FIXA - BB COMERCIAL 17 LP	1.158	1.101
BANCO DO BRASIL - BB RF REF COR 400 MIL	875	18.952
TOTAL	31.633	22.854

Os valores aplicados estão acrescidos dos rendimentos até a data do encerramento dos períodos, conforme demonstrado:

5. CONTAS A RECEBER . CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE.

Referem-se a valores a receber em função da venda de Gás Natural Combustível (GNC) e Gás Natural Veicular (GNV):

GÁS INCENTIVADO - ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

O valor de R\$ 80.446 a receber do Estado do Rio Grande do Norte, corresponde ao Gás Natural adquirido da PETROBRAS e fornecido aos clientes como incentivo, em função da Lei Estadual nº 7.059 de 18 de setembro de 1997, do Decreto nº 13.957 de maio de 1998 e alterações posteriores. Este incentivo consiste na concessão de subsídio no preço de venda de gás às empresas enquadradas no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial pelo Incentivo do Gás Natural (PROGAS). A fonte de recursos primordial deste incentivo está prevista na Lei Complementar Estadual nº 272, de 3 de março de 2004 e equivale à redução de 81% do valor das licenças ambientais devidas pela PETROBRAS ao IDEMA, em face de suas diversas atividades desenvolvidas no Estado do Rio Grande do Norte. A concessão de descontos nas licenças ambientais devidas pela PETROBRAS foi utilizada, portanto, para compensação das retenções efetuadas pela Companhia nas faturas de fornecimento de gás da PETROBRAS e, conseqüentemente, para concessão de descontos aos clientes da Companhia como forma de incentivo para aquisição de gás natural e como forma de atrair novas indústrias para o Estado.

Os saldos supracitados estão classificados no Longo Prazo face à natureza de suas operações e ao prazo de sua realização, bem como, foram retificados conforme decisão da Diretoria Executiva da Companhia segundo entendimentos descritos na nota explicativa n.º 2, letra ~~g~~:

COMPOSIÇÃO DO CONTAS A RECEBER.

a) PARTES RELACIONADAS

Partes Relacionadas - Contas a Receber			
Cliente	TIPO DE PRODUTO	31/12/18	31/12/17
BR Distribuidora - PETROBRAS	GÁS NATURAL VEICULAR	1.810	1.530
Governo do Estado do RN	GÁS NATURAL COMBUSTÍVEL	80.446	80.446
(-) Conta retificadora PROGÁS	GÁS NATURAL COMBUSTÍVEL	(80.446)	(80.446)
TOTAL		1.810	1.530

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Valores expressos em milhares de Reais)

b) COMPOSIÇÃO DO PROGÁS

Composição do Período do Gás Incentivado	
Valor a receber do subsídio em	31/12/18
Exercício 2004	4.819
Exercício 2005	1.392
Exercício 2006	2.566
Exercício 2007	1.712
Exercício 2008	6.930
Exercício 2009	6.984
Exercício 2010	13.148
Exercício 2011	13.824
Exercício 2012	9.975
Exercício 2013	9.922
Exercício 2014	9.174
TOTAL	80.446

Nesse quadro estão discriminados os saldos anuais da dívida relacionada a operacionalização do PROGÁS, cujo efeito no balanço foi eliminado através da retificação dos saldos conforme mencionado na nota explicativa nº 2 %+

c) COMPOSIÇÃO DE DEMAIS CLIENTES

	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017		
	GNC	GNV	TOTAL	GNC	GNV	TOTAL
A vencer	4.050	6.263	10.313	3.223	3.681	6.904
Até 22 dias	4.050	6.263	10.313	3.223	3.681	6.904
Vencidos	8.367	2.848	11.215	7.632	2.745	10.377
Até 30 dias	1.744	529	2.273	795	389	1.184
Até 60 dias	13	-	13	-	-	-
Até 90 dias	2	-	2	2	-	2
Até 120 dias	6	-	6	-	-	-
Até 150 dias	31	-	31	26	-	26
Até 180 dias	-	-	-	1	-	1
Mais de 180 dias	6.571	2.319	8.890	6.808	2.356	9.164
TOTAL A RECEBER BRUTO	12.417	9.111	21.528	10.855	6.426	17.281
Provisão para perda com créditos	(6.162)	(2.300)	(8.463)	(5.626)	(1.998)	(7.624)
TOTAL A RECEBER LÍQUIDO	6.254	6.811	13.065	5.229	4.428	9.656
Gás Incentivado - Governo do Estado	80.446	-	80.446	80.446	-	80.446
Partes relacionadas						
(-) Conta retificadora PROGÁS	(80.446)	-	(80.446)	(80.446)	-	(80.446)
TOTAL A RECEBER LÍQUIDO	6.254	6.811	13.065	5.229	4.428	9.656

6 . TRIBUTOS
6.1. IMPOSTOS A RECUPERAR - CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE.

TRIBUTOS A RECUPERAR		
Circulante	31/12/2018	31/12/2017
TRIBUTOS A RECUPERAR-FEDERAL	32	
TRIBUTOS A RECUPERAR - ESTADUAL	12	23
TRIBUTOS A RECUPERAR - MUNICIPAL	2	2
Total a recuperar	46	25

6.2. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

a) A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

Conciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social Diferidos			
	IRPJ Diferido	CSLL Diferida	Total
Saldo em 31/12/2017	1.287	463	1.750
Aj. Alr. Justo	16	6	22
Amortização gerencial	(50)	(18)	(68)
PCLD Gerencial	79	28	107
Contingências	31	11	42
Prev. PRE-CONTRAT	10	4	14
Saldo em 31/12/2018	1.373	494	1.867

Em 2018 foram constituídos o Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos sobre diferenças temporais relativas às contingências judiciais, perdas de créditos gerenciais, ajuste a valor justo de TOP recuperável e diferença sobre amortização gerencial provisionados neste exercício. A administração avaliou todos os pré-requisitos legais para sua provisão, tais como: Perspectiva de rentabilidade futura, apuração de lucro tributável com base em seu planejamento orçamentário plurianual e a apresentação de resultados positivos em seus últimos exercícios.

b) Realização do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos:

A administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das receitas e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas a partir de 2019. A expectativa é de que as provisões se tornem dedutíveis de curto a médio prazo, ou seja, que resultarão em valores a serem deduzidos no cálculo do resultado tributável de períodos futuros, dentro do período estipulado na realização do estudo técnico de viabilidade que prevê sua realização no prazo máximo de 5 anos, quando o valor contábil do ativo será totalmente recuperado ou liquidado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Valores expressos em milhares de Reais)

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	ATIVOS	PASSIVOS
	Ativos	Ativos
2019 em diante	1.867	-
Parcela registrada contabilmente	1.867	-
Parcela não registrada contabilmente	-	-
Total	1.867	-

c) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados, conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados nos exercícios de 2018 e 2017 estão apresentados a seguir:

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	31/12/2018	31/12/2017
Lucro antes dos impostos	27.033	19.175
Alíquota %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(9.191)	(6.520)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva		
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	(98)	(204)
Exclusões/(Adições) temporárias, líquidas	(104)	(96)
IR/CSLL Diferidos sobre diferenças temporárias	117	96
Redução Incentivos Fiscais	4.623	3.311
Outros (adicional 10%)	24	24
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(4.629)	(3.389)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	17%	18%
IR/CSLL Corrente	(9.369)	(6.796)
Incentivos Fiscais (Sudene, PAT, Empresa Cidadã)	4.623	3.311
IR/CS Diferido	117	96
Total da despesa no resultado	(4.629)	(3.389)

6.3. IMPOSTOS A RECOLHER

IMPOSTOS A RECOLHER	31/12/18	31/12/17
TOTAL	2.445	2.243
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES S/RECEITAS	721	563
PIS	128	100
COFINS	593	463
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES S/LUCRO	886	960
IRPJ	374	412
CSLL	512	548
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES RETIDOS	83	108
FEDERAIS	56	69
ESTADUAIS/MUNICIPAIS	27	39
OUTROS IMPOSTOS	755	612
TRIBUTOS/CONTR.- FOLHA DE PAGAMENTO	536	406
OUTROS TRIBUTOS E TAXAS	219	206

7. INVESTIMENTO

O saldo contábil de R\$ 518 mil refere-se a um terreno dado como dação em pagamento pelo cliente Nobrega & Dantas. A administração da Companhia está avaliando as medidas necessárias para operacionalização da alienação do referido bem entre a data do encerramento do exercício de 2018 e a data de emissão destas demonstrações contábeis.

8. ATIVO INTANGÍVEL.

Os valores estão apresentados por:

Descrição	Ativo Imobilizado	Ativo Intangível	Ativo Intangível - Concessão	Intangível em Andamento	Total
Valor de custo:					
Saldo em 1º de janeiro de 2017	2.975	1	89.473	13.949	106.398
Adições	314	-	4.551	5.128	9.993
Baixas	(4)	-	-	(16)	(20)
Transferências	-	-	6.780	(10.832)	(4.052)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.286	1	100.803	8.229	112.319
Adições	-	-	199	5.769	5.968
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	(3.286)	627	10.716	(8.237)	(179)
Transferências entre contas	-	-	8.057	(8.237)	(179)
Transferências do imobilizado	(3.286)	627	2.659	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	628	111.718	5.761	118.107

Valor de amortização:					
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(1.255)	(1)	(59.692)	-	(60.948)
Adições	(294)	-	(6.143)	-	(6.437)
Baixas	3	-	-	-	3
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(1.546)	(1)	(65.835)	-	(67.382)
Adições	-	-	(6.298)	-	(6.298)
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	1.546	-	(1.348)	-	198
Transferências entre contas	-	-	198	-	198
Transferências do imobilizado	1.546	-	(1.546)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(1)	(73.481)	-	(73.482)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.740	-	34.968	8.229	44.937
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	627	38.237	5.761	44.625

(2) Os Estoques para Obras correspondem a itens que serão utilizados na execução das obras de infraestrutura de expansão da Rede de Distribuição, na interligação de clientes e do sistema de operação e controle

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Valores expressos em milhares de Reais)

9. FORNECEDORES

Os valores a pagar estão assim compostos:

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2018	SALDO EM 31/12/2017
FORNECEDORES DE GÁS	8.964	6.326
FORNECEDORES DE MATERIAIS E SERVIÇOS	1.591	2.252
TOTAL	10.555	8.578

Os serviços são obrigações representadas, em sua maioria, por valores a serem liquidados junto às empresas terceirizadas responsáveis pelos serviços de manutenção e construção da infraestrutura da rede de distribuição de gás da Companhia.

10. PARTES RELACIONADAS

As transações comerciais com a PETROBRAS, empresa coligada e único supridor do insumo principal da atividade da empresa (Gás Natural), são realizadas em condições normais de mercado.

PARTES RELACIONADAS	SALDO EM 31/12/2018	SALDO EM 31/12/2017
Petróleo Brasileiro S/A - Gás regular	8.689	6.279
Petróleo Brasileiro S/A - TOP/SOP	-	47
Petróleo Brasileiro S/A - Erro de programação	59	-
Petróleo Brasileiro S/A - Encargo de capacidade	216	-
Petróleo Brasileiro S/A - Gás Incentivado (1)	80.446	80.446
(-) Conta retificadora PROGÁS (2)	(80.446)	(80.446)
TOTAL	8.964	6.326

(1) Os saldos de Gás Incentivado correspondem aos valores retidos pela POTIGAS das faturas de compra de gás natural emitidas pela PETROBRAS S/A, relativo ao PROGÁS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial pelo Incentivo do Gás Natural, instituído pela Lei Estadual nº 7.059 de 18 de setembro de 1997, cujo detalhamento consta na alínea %a+ desta nota explicativa.

(2) No exercício de 2013, o saldo da conta PETROLEO BRASILEIRO S/A - GAS INCENTIVADO foi retificado conforme decisão da Diretoria Executiva da POTIGÁS segundo entendimentos descritos na nota explicativa n.º 2, alínea %a+.

a) Operacionalização do PROGÁS:

O PROGÁS - Programa de Apoio ao Desenvolvimento das Atividades do POLO GÁS-SAL foi instituído pela Lei Estadual nº 7.059 de 18 de setembro de 1997 e regulamentado pelo Decreto nº 13.957 de maio de 1998 e alterações posteriores. Este incentivo consistia na concessão de incentivo às indústrias utilizadoras de gás consideradas prioritárias para o desenvolvimento do Estado. Os agentes deste

programa eram a PETROBRAS, a POTIGAS, o Estado do Rio Grande do Norte, além das indústrias beneficiadas.

Conforme regra do PROGAS, a concessão do desconto à indústria operacionalizava-se por meio de contrato de compra e venda de gás natural, exclusivo para esta finalidade, celebrado entre a PETROBRAS S/A e a POTIGÁS, com a interveniência do Estado do Rio Grande do Norte. Conforme a regra do Programa, a POTIGAS, ao comprar gás natural da PETROBRAS destinado às indústrias incentivadas pelo PROGAS, glosava parte do valor da fatura, utilizando o valor glosado na aquisição de gás para a concessão do benefício instituído pelo programa para as indústrias beneficiadas, sob a forma de desconto na tarifa do gás distribuído. Ao Estado cabia ressarcir o montante descontado à PETROBRAS, sob a forma de compensação no valor das licenças ambientais devidas pela PETROBRAS.

Os valores glosados pela POTIGAS das faturas emitidas pela PETROBRAS foram contabilizados no grupo do passivo, na conta Fornecedores PETROLEO BRASILEIRO S/A - GAS INCENTIVADO. Os valores contabilizados no grupo do Ativo, Contas a receber ESTADO DO RN - GÁS INCENTIVADO, apresentam valores idênticos, a serem compensados através das contrapartidas oferecidas pelo Estado à PETROBRAS, na forma da legislação estadual, para fins de abatimento dos valores referentes ao saldo das glosas registradas no passivo da POTIGÁS.

Desde o início da operacionalização do PROGÁS, os valores retidos dos montantes cobrados pela PETROBRAS vinham sendo calculados com base em um percentual fixo de 48,77% e as faturas emitidas pela POTIGAS aos clientes integrantes do programa, processadas com desconto na tarifa. Este percentual fixo, estabelecido no Contrato de Compra e Venda de Gás celebrado entre POTIGÁS e PETROBRAS, com interveniência do Estado do Rio Grande do Norte, foi calculado para o equilíbrio entre as fontes de recursos do PROGAS à época e o benefício a ser concedido às indústrias. Desta forma, a diferença glosada das faturas emitidas pela PETROBRAS era contabilizada como receita complementar contra o Estado do Rio Grande do Norte, passando a figurar no Ativo da Companhia como um direito a receber junto ao Estado. Este direito se realizava na medida em que o Estado do RN concedia à PETROBRAS a contrapartida em forma de desconto nas licenças ambientais e esta abatia esses valores do seu %contas a receber+ contra a POTIGAS, gerado a partir das glosas efetuadas nas faturas de suprimento de gás incentivado para a POTIGÁS.

O recurso das licenças ambientais obedeciam ao limite anual de R\$ 10.908 do Exercício 2007, estabelecido pelo Decreto nº 19.796 de 14/05/2007, o que tornavam as contrapartidas insuficientes para cobrir as glosas realizadas, ampliando-se os saldos, tanto do contas a pagar da PETROLEO BRASILEIRO S/A - GAS INCENTIVADO, como do contas a receber ESTADO DO RN - GÁS INCENTIVADO.

Com a publicação do Decreto nº 24.069, de 17/12/2013, o limite para o exercício orçamentário-financeiro de 2014 foi ampliado para R\$ 24.910 e a partir de 01/01/2014 foi iniciada uma nova forma de operacionalização de controle, faturamento, cobrança e contabilização das subvenções governamentais do PROGÁS.

Neste novo formato, as faturas de venda de gás aos clientes eram emitidas com base em tarifa sem desconto e junto com ela, enviado um comprovante de uso da compensação do PROGÁS com desconto referente ao benefício concedido, não havendo mais a necessidade de contabilização de receita complementar contra o Estado do Rio Grande do Norte, uma vez que o faturamento era registrado pelo valor bruto. O valor das retenções feitas pela POTIGAS nas faturas de compra de gás à PETROBRAS correspondia ao montante concedido aos clientes e não mais um percentual fixo.

b) Impactos do PROGAS na margem de distribuição da POTIGÁS:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de Reais)

A execução do PROGAS, no período compreendido entre 2004 a 2014, resultou na concessão de descontos aos clientes beneficiados acima dos valores gerados pelas fontes de recursos do PROGAS, afetando a margem necessária à adequada remuneração da Companhia em conformidade com o Contrato de Concessão. Atendendo ao pleito da POTIGÁS, a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte . ARSEP, através da Resolução nº 002, de 25/04/2014, publicada no DOE-RN de 26/04/2014, homologou as novas tarifas de fornecimento de gás canalizado distribuído pela POTIGÁS, o que resultou em um aumento de cerca de 58% na margem média com efeito a partir de 01/05/2014, restabelecendo a margem e as condições econômicas, financeiras e de investimento.

c) Aditivo Contratual do PROGÁS:

Em 30/04/2015 foi celebrado o Aditivo contratual nº 2 entre a PETROBRAS, POTIGÁS e o Estado do Rio Grande do Norte, prorrogando o PROGÁS até 31/07/2015 não tendo sido gerado acúmulo de dívida durante o período de vigência deste termo aditivo. Contudo, ao final desse prazo, não houve a renovação do PROGÁS diante das dificuldades em se negociar um novo contrato com a PETROBRAS.

d) Contratação da empresa de Auditoria Independente específica do PROGÁS:

Em 18/05/2015 a POTIGÁS assinou o contrato com a BDO RCS Auditores Independentes S/S, de auditoria específica do PROGÁS. O Objeto da contratação da auditoria foi o exame das metodologias de operacionalização do PROGÁS adotadas pela POTIGÁS a partir de janeiro de 2004, com o propósito de opinar sobre a metodologia mais aderente aos contratos e regulamentos do PROGAS e realizar o levantamento e conciliação entre os valores concedidos como benefício aos clientes industriais consumidores de gás natural, os valores glosados pela POTIGÁS e a fonte de recursos para o seu custeio, apontando as diferenças financeiras identificadas.

Em 15/03/2016 a BDO RCS Auditores Independentes S/S concluiu os trabalhos, apresentando as seguintes conclusões: i) a metodologia mais adequada para operacionalização do PROGAS, em seus aspectos financeiros e econômicos, foi aquela adotada no período de 01 de janeiro de 2014 a 30 de abril de 2015; ii) para a realização dos saldos contábeis, registrados no ativo e passivo relativos ao PROGAS, seria necessária a concessão de licenças ambientais pelo IDEMA no valor equivalente a R\$ 71.272 (acumuladas até 31 de dezembro de 2013), ou outro tipo de contrapartida a ser oferecida pelo Estado do Rio Grande do Norte à PETROBRAS; iii) aplicada a metodologia considerada adequada ao período compreendido de janeiro de 2004 a dezembro de 2013, a diferença entre o que foi concedido como desconto e o valor registrado como receita complementar proveniente das glosas sobre as faturas da PETROBRAS, resultou em um montante de R\$ 38.598 mil.

No que diz respeito aos saldos relativos ao PROGAS, entendeu a Administração da POTIGÁS, conforme nota explicativa nº 02, alínea %~~tt~~, que os saldos acumulados registrados no passivo e ativo da Companhia, deveriam ser retificados, em conformidade com a interpretação do Art. 13, I a III do Decreto Estadual nº 13.957 de 11/05/1998, uma vez que a POTIGAS é mera repassadora do benefício concedido pelo PROGAS e, na hipótese da POTIGÁS vir a ser condenada no processo judicial relatado na alínea %~~tt~~, os impactos financeiros comprometeriam sua solvência podendo comprometer sua continuidade.

e) RN GAS MAIS

Em 2016 o PROGAS passou a ser chamado de RN GAS MAIS e foi alterada a metodologia de concessão do incentivo, operacionalizada em Contrato de Compensação Financeira para a Distribuição de Gás Natural firmado em 20/05/2016 entre o Estado e a POTIGÁS.

Na sistemática do RN GAS MAIS, a POTIGAS emite a seus clientes industriais fatura de gás natural sem desconto e calcula o valor do benefício a que o cliente tem direito, conforme enquadramento no programa RN GAS MAIS. Este valor é informado ao Estado, por meio da Secretaria de Planejamento e uma vez que

o Estado valide os números e transfira o recurso para uma conta da POTIGAS, específica para este fim, a POTIGAS emite notas de crédito a seus clientes no valor do benefício a qual cada um faz jus, para que os clientes a utilizem em pagamento parcial das notas fiscais emitidas pela POTIGÁS, em complementação aos valores depositados.

f) Processo Judicial PETROBRAS e Parecer da Assessoria Jurídica da POTIGÁS

A PETROBRAS ingressou, em 05/05/2014, Ação Ordinária de Cobrança cumulada com Resolução Contratual por Onerosidade Excessiva em desfavor do Estado do Rio Grande do Norte e a POTIGAS, por meio do Processo Judicial n.º 0804220-85.2014.8.20.0001 da 3.ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Natal/RN. Nesta ação, a PETROBRAS cobra dívida no valor de R\$ 138.526.905,31, relativa aos saldos não repassados pelo ESTADO no âmbito do PROGAS.

A Assessoria Jurídica da POTIGÁS, através do parecer n.º 100/2016, emitido em 25/04/2016, classifica como possível a perda da ação movida pela PETROBRAS S/A em desfavor do Estado do Rio Grande do Norte e da POTIGÁS, estando o processo em fase de conhecimento, sem julgamento até a data de emissão destas demonstrações financeiras.

No tocante às conclusões da auditoria conduzida pela BDO, entende a Administração da POTIGÁS que o valor de R\$ 38.598 mil, mencionado na alínea ~~6~~ acima, está incluído no objeto da disputa judicial em comento, permanecendo, desta forma, opinião quanto ao não registro contábil dos ajustes decorrentes do reconhecimento de suposta dívida gerada por diferença de metodologia apontada no relatório da BDO.

CONTRATOS DE COMPRA DE GÁS NATURAL.

Em 01 de Abril de 2017, após finalizado o período de transição e negociação, foi celebrado um novo contrato de suprimento de gás natural com a Petrobras, CONTRATO FIRME INFLEXÍVEL, com vigência até 31/12/2019.

Deverá ocorrer uma negociação com a Petrobras para aditamento do atual contrato de suprimento de gás, cujo vencimento se dará em 31/12/2019, ou celebração de um novo contrato em função de nova política comercial a ser apresentada pela Petrobras até 30/06/2019;

A Potigás participa da Chamada Coordenada das Distribuidoras de gás natural do Nordeste para compra de gás natural e analisará eventuais propostas endereçadas por novos fornecedores até 12 de abril de 2019;

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1. Capital Social

O Capital Social integralizado em 31/12/2018 é de R\$ 46.999, sendo composto por 4.245.000 ações sem valor nominal, das quais: 1.415.000 são ações ordinárias e 2.830.000 são ações preferenciais, todas de classe única. O Capital Autorizado é de 12.600.000 ações, mantendo sempre a proporção de 1/3 do Capital representado pelas Ações Ordinárias e 2/3 pelas Ações Preferenciais.

As Ações Preferenciais são nominativas, não possuem valor nominal, não têm direito a voto e gozam da prioridade no recebimento dos Dividendos e no reembolso do Capital em caso de liquidação da Companhia, compondo-se conforme quadro abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Valores expressos em milhares de Reais)

CAPITAL SOCIAL	ORDINÁRIAS	%	PREFERENCIAIS	%	TOTAL DE AÇÕES	%	Capital Social (em milhares de reais)
ACIONISTAS							
Estado do Rio Grande do Norte	721.650	51%	-	0%	721.650	17%	7.990
Petrobras Gás S/A - Gaspetro	693.350	49%	2.830.000	100%	3.523.350	83%	39.009
TOTAL	1.415.000	100%	2.830.000	100%	4.245.000	100%	46.999

11.2. Reservas de Lucros

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
Reservas de lucros	13.691	11.352
Reserva legal (1)	5.569	4.449
Reserva de incentivos fiscais (2)	5.120	3.901
Reserva de Retenção de Lucros (3)	3.002	3.002

(1) Reserva Legal: É constituída à base de 5% sobre o Lucro Líquido do Exercício, limitada a 20% do Capital Social.

(2) Reserva de Incentivos Fiscais:

a) Subvenção de IR – SUDENE: Refere-se a redução de 75% do Imposto de Renda calculado sobre o Lucro da Exploração referente a toda capacidade instalada. O período de fruição do benefício é de 01/01/2012 à 31/12/2021.

b) Reserva de Doações: Refere-se à doação realizada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte de terreno localizado no Centro Industrial Avançado do município de Macaíba – CIA Macaíba, para criação de base de Operação e Manutenção dos equipamentos referentes ao sistema de distribuição de Gás pertencente à POTIGÁS.

(3) Reserva de Retenção de Lucros: A Lei 6.404/76 faculta às sociedades reterem parcela do Lucro Líquido do Exercício, prevista em Orçamento de Capital, previamente aprovado.

11.3. Distribuição dos Lucros:

DISTRIBUIÇÃO DOS LUCROS	31/12/2018	31/12/2017
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	22.399	15.786
(-) Reserva Legal 5%	(1.120)	(789)
LUCRO APÓS RESERVA LEGAL	21.279	14.997
(-) Reserva de Incentivos Fiscais	(4.529)	(3.311)
(-) Dividendos mínimos obrigatórios 25 % (c.1)	(4.187)	(2.922)
GOVERNO DO ESTADO 17%	(712)	(497)
GASPETRO S/A 83%	(3.476)	(2.425)
LUCRO APÓS RES. LEGAL E DIV. OBRIG.	(12.562) -	8.765
(-) DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS	(12.562)	(8.765)

(1) O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um Dividendo Mínimo de 25% do Lucro Líquido Ajustado nos termos do Art. 202 da Lei nº 6.404/76.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Valores expressos em milhares de Reais)

12. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS.

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
RECEITA BRUTA	270.668	210.998
Gás Natural Combustível	142.879	107.457
GNC RESIDENCIAL	5.589	3.914
GNC INDUSTRIAL	127.834	96.913
GNC CO-GERACAO	248	176
GNC COMERCIAL	9.208	6.454
Gás Natural Veicular	132.728	103.541
Gás Natural Veicular	127.789	92.607
Gás Natural Veicular - Comprimido	4.940	10.934
DEDUÇÕES DA RECEITA	(75.755)	(59.679)
(-) Gás Natural Combustível	(35.396)	(28.233)
(-) DEVOLUÇÕES (1)	(201)	(160)
(-) ICMS	(21.998)	(17.122)
(-) PIS	(2.354)	(1.953)
(-) COFINS	(10.844)	(8.998)
(-) Gás Natural Veicular	(40.359)	(31.446)
(-) DEVOLUÇÕES (1)	(52)	-
(-) ICMS	(28.492)	(22.879)
(-) PIS	(2.108)	(1.528)
(-) COFINS	(9.708)	(7.038)
RECEITA LÍQUIDA	194.912	151.319
RECEITAS DO SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO (2)	5.302	7.333

(1) as devoluções são provenientes de erros fortuitos de medição onde o cliente foi faturado a maior. Nesses casos são emitidas notas fiscais de devolução para regularização contábil e fiscal da operação.

(2) A orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatória a evidenciação das receitas e dos custos de construção. A Companhia não tem a construção de gasodutos como atividade para fins de obtenção de lucro. Para viabilizar a distribuição de gás natural canalizado, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo para realização das obras. Desse modo, a construção se apresenta para a Companhia integralmente como um custo de colocação de ativos à disposição para distribuição de gás natural. Os gastos incorridos no período para ampliação da rede são conhecidos, e os benefícios econômicos se evidenciam pelo direito que é concedido à concessionária (POTIGÁS) de usufruir da infraestrutura construída para exploração de sua atividade, por meio de autorização expressa no contrato de concessão, de cobrar os usuários desse serviço público, conforme item 17 do ICPC - 01 (R1).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Valores expressos em milhares de Reais)

13. CUSTO DO PRODUTO VENDIDO.

Os custos estão discriminados no quadro a seguir:

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
Custo do Produto Vendido	157.848	123.583
Compra de Gás Natural Combustível	77.356	58.749
Compra de Gás Natural Veicular	62.910	45.728
Outros Custos (1)	12.280	11.773
CUSTOS DO SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO	5.302	7.333

(a) quando ocorridas, as perdas originadas do fornecimento de gás aos clientes da Companhia são computadas como custo da atividade obedecendo aos limites estipulados na Portaria ANP INMETRO 001/2000, especificando na cláusula 7.1.10: "Que os sistemas de medição fiscal de Gás devem ser projetados, calibrados e operados de forma que a incerteza seja inferior a 1,5%".

(1) outros custos são compostos pela amortização da infraestrutura dos gasodutos, bem como a mão de obra interna e os gastos com serviços e materiais destinados a operação e manutenção dos gasodutos, que visam garantir o fornecimento contínuo do gás natural.

14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS .

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
Despesas Gerais e Administrativas	15.270	15.218
Despesas com Pessoal	11.048	10.536
Diretoria	1.025	1045
Conselheiros	349	324
Colaboradores	9.499	8.980
Estagiários	141	156
Aprendizes	34	31
Despesas com Materiais	99	117
Serviços de Terceiros	1.118	1.343
Serviços de Consultoria/auditoria	101	356
Serviços de Manutenção	190	120
Serviços Gerais	648	646
Utilidades	179	222
Aluguéis	908	524
Imóveis	697	301
Veículos	211	223
Viagens	412	418
Despesas Gerais	1.686	2.279
Inserções Publicitárias	390	495
Patrocínio Institucional	67	141
Entidades de Classe	410	366
Seguros	4	223
Depreciação, Amortização e Exaustão	224	367
Conversões em Rede Interna de Clientes	285	266
Outros	306	421

15. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS.

DESCRIÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(268)	(260)
Outras Receitas Operacionais	1.458	323
Ressarcimentos de Despesas	24	-
Reversão de Contingências Trabalhistas	31	26
Reversão de Contingências Cíveis	298	-
Ganho Gás Pago não Fornecido	371	-
Receitas de Penalidades Contratuais	689	282
Outras	45	15
(-) Outras Despesas Operacionais	(1.726)	(583)
(-) Provisão de Contingências Trabalhistas	(134)	(92)
(-) Provisão de Contingências Cíveis	(318)	(217)
(-) Despesa Penalidade Contratual - Erro de Programação	(118)	(132)
(-) Despesa Penalidade Contratual - Retirada a maior (QDC)	(229)	(76)
(-) Despesa Penalidade Contratual - Retirada a menor	(12)	-
(-) Perda na atualização das operações de gás - Valor Justo	(65)	-
(-) Perda na Alienação e/ou Baixa de Intangível/Imobilizado	(3)	(9)
(-) Provisões de Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)	(838)	-
(-) Outras Despesas	(9)	(57)

(1) As provisões para processos judiciais estão discriminadas na nota explicativa nº 20.

16. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro da Companhia é demonstrado no quadro abaixo:

RESULTADO FINANCEIRO	31/12/2018	31/12/2017
Resultado Financeiro	2.919	1.446
Receita Financeira	3.324	1.749
Receitas com Aplicações Financeiras	1.648	1.035
Receitas com Clientes	1.183	643
Receitas com Fornecedores	468	50
Outros	24	21
(-) Despesas Financeiras	(405)	(303)
(-) Despesas com Clientes	(347)	(58)
(-) Despesas com Fornecedores	(32)	(86)
(-) Outros	(26)	(159)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Valores expressos em milhares de Reais)

17. COBERTURA DE SEGUROS.

Em 31/12/2016, a Companhia possuía cobertura e seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do Ativo, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

APÓLICES DE SEGURO

Seguro	Bens assegurados	Valor	Vigência
Galpão de Estocagem Cia Macaíba (1)	Galpão de estocagem de materiais	6	28/01/2020
Empresarial (2)	Edifícios e Base Operacional	2	16/06/2019
Riscos Nomeados/Incêndios (3)	Sistema de Distribuição de Gás	125	26/05/2019
Responsabilidade Cível (4)	Sistema de Distribuição de Gás	115	26/05/2019

- (1) Seguro contra incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, danos elétricos, quebra de vidros no galpão de estocagem de materiais da POTIGÁS;
- (2) Seguro contra incêndio, queda de raio, explosão, implosão, danos elétricos, impacto de veículos, queda de aeronaves, quebra de vidros e recomposição de documentos dos Edifícios Antares, Aquarius e da Base Operacional em Mossoró;
- (3) Seguro contra avarias, perdas e danos materiais de origem súbita, imprevista e acidental a instalações prediais, maquinismos, móveis e utensílios e todo sistema de distribuição de gás;
- (4) Seguro de responsabilidade civil sobre prejuízos indenizáveis

18. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS.

As provisões constituídas para riscos trabalhistas e cíveis no montante de R\$ 3.867 classificadas no passivo não circulante estão compostas como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Total
SalDOS em 31 de dezembro de 2017	938	3.212	4.150
Constituição	81		81
Baixas	(31)	(298)	(329)
Atualização	53	319	372
SalDOS em 31 de dezembro de 2018	1.041	3.233	4.274

A administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

a) trabalhistas

Referem-se às ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Valores expressos em milhares de Reais)

TRABALHISTAS	VALOR ATUALIZADO	INSTÂNCIA	EXPECTATIVA DE PERDA
Empregados da Companhia	63		PROVÁVEL
Empregados da Companhia	50		POSSÍVEL
Ex-empregados da Companhia	31		PROVÁVEL
Ex-empregados da Companhia	50		POSSÍVEL
Ex-empregados de Empreiteiras	948		PROVÁVEL
Ex-empregados de Empreiteiras	584		POSSÍVEL
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.725		

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

b) cível:

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas jurídicas, envolvendo Lucros cessantes, repetição de Indébito e danos materiais e/ou danos morais.

CÍVEIS	VALOR ATUALIZADO	INSTÂNCIA	EXPECTATIVA DE PERDA
Lucros cessantes	3.230		PROVÁVEL
Ação Ordinária	2		PROVÁVEL
Ação Ordinária	54		POSSÍVEL
Repetição de Indébito	105		POSSÍVEL
Ação Ordinária de Cobrança	138.527		POSSÍVEL
Revisão de contrato	1.618		POSSÍVEL
Procedimento ordinário	72		POSSÍVEL
Execução Fiscal	109		POSSÍVEL
Ação Declaratória de Inexigibilidade	36		POSSÍVEL
Outras	3.016		REMOTA
Saldos em 31 de dezembro de 2018	146.769		

c) Ação de cobrança judicial pela PETROBRAS:

Em 05/05/2014 houve o ingresso por parte da PETROBRAS de Ação Ordinária de Cobrança cumulada com Resolução Contratual por Onerosidade Excessiva contra o Estado do Rio Grande do Norte e a POTIGÁS, perante a 3ª. Vara da Fazenda Pública da Comarca de Natal/RN - Proc. n. 0804220-85.2014.8.20.0001, tendo por objeto a resolução do contrato de compra e venda de gás (PROGÁS), pela suposta existência de onerosidade excessiva para a PETROBRAS, bem como a condenação dos réus ao ressarcimento de R\$ 138.527 mil. Este montante corresponde ao valor da dívida atualizada, referente ao período de maio de 2004 a abril de 2014, cujo valor histórico corresponde ao montante de R\$ 72.466 consoante os Anexos 6, 7 e 8 da referida Ação Judicial. Os valores totais da dívida contabilizada até

31/12/2013, somam R\$ 71.272 mil, conforme as notas explicativas nº 5 e nº10, referentes às Partes Relacionadas, Estado do Rio Grande do Norte e PETROBRAS, constantes dessas Demonstrações.

A presente ação foi devidamente contestada pela POTIGÁS em 31/07/2014, bem como pelo Governo do Estado do RN, em 01/09/2014, onde foram pleiteados a aplicação da prescrição quinquenal, nos termos da Lei nº 9494/97, art. 1.º C, o chamamento para integrar a lide em seu polo passivo do IDEMA-RN e GASPETRO, a realização de perícia contábil e o julgamento pela sua total improcedência.

A Assessoria Jurídica da POTIGÁS classifica como possível a perda da ação movida pela PETROBRAS S/A em desfavor do Estado do Rio Grande do Norte e da POTIGÁS.

19. OUTROS ASSUNTOS

NOVAS NORMAS INTERPRETATIVAS AINDA NÃO EFETIVAS

Novas normas e alterações às normas serão efetivas para períodos anuais iniciados após 1º de Janeiro de 2019, tendo em vista que adoção antecipada não é permitida no Brasil pelo Comitê De Pronunciamentos Contábeis CPC.

CPC 06 (R2) / IFRS 16 . Operações de arrendamento Mercantil

Altera o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamento. Exige que os arrendatários registrem todos os arrendamentos no balanço patrimonial com isenções disponíveis para arrendamentos de baixo valor e curto prazo. Durante o ano de 2018 Companhia inventariou todos contratos de aluguéis para análise dos novos requisitos do CPC 06.

A Companhia arrenda propriedades, veículos e equipamentos. Os contratos de aluguéis são normalmente constituídos por períodos fixos, mas podem ter opções de extensão. Os termos do arrendamento são negociados individualmente e contém uma ampla variedade de termos e condições. Os diferentes contratos possuem cláusulas restritivas que são meramente protetivas e não impedem a fruição e/ou controle do benefício econômico do uso dos ativos conforme item B30 do CPC 06 que trata dos Direito de proteção do Fornecedor. Desta forma, os contratos de aluguéis não registrados foram considerados imateriais, possuem vigência de curto prazo, ou não atenderam aos pre-requisitos do pronunciamento contábil que os caracterizassem como %Contrato de Arrendamento+. Todos os contratos, bem como os critérios de mensuração adotados foram informados aos auditores independentes.

CONTRATOS DE ALUGUÉIS

CONTRATO	OBJETO	PRAZO DO CONTRATO	VALOR DO CONTRATO	VALOR DA PARCELA
5-165-17	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS	1 ANO	294	25
5-082-18	LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS	1 ANO	14	1
5-060-11	LOCAÇÃO DE IMÓVEL - FILIAL	2 ANOS	60	2
5-140-17	LOCAÇÃO DE IMÓVEL - SEDE POTIGÁS	10 ANOS	5.280	44

Contabilização:

Para o reconhecimento dos arrendamentos, a Potigás realizou estudo para verificar o impacto detalhado da aplicação desta norma nas demonstrações financeiras no período de adoção inicial e concluiu-se que as contraprestações de arrendamento, que atualmente são registradas como despesas de aluguel passarão a ser reconhecidas nas linhas de amortização do direito de uso e despesas financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Valores expressos em milhares de Reais)

A Companhia não espera que a adoção inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16 afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants).

O contrato de locação da sede da Companhia com prazo de vigência de 10 foi classificado como Arrendamento consoante os critérios do CPC . 06. A taxa real de desconto foi captada junto a instituição financeira com a qual a Companhia possui vinculação para financiamento imobiliário.

Impacto estimado na demonstração da posição financeira de 01º de janeiro de 2019:

DESCRIÇÃO	(R\$ mil)
Ativos	-
Ativos de direito de uso	2.740
	2.740
Passivos	-
Arrendamento mercantil	2.740
	2.740

Ajuste no Patrimônio Líquido referente ao efeito calculado com base no início do contrato:

Saldos	(R\$ mil)
Direitos de uso de arrendamentos	2.740
(-) Direitos de Uso de arrendamento - Bens Imóveis	(274)
Direitos de uso de arrendamentos a pagar	(528)
(-) Juros a transcorrer (Direitos de uso de arrendamentos)	379
Direitos de uso de arrendamentos a pagar	(422)
(-) Juros a transcorrer (Direitos de uso de arrendamentos)	1.763
Efeito no PL em 31/12/2018 a ser registrado em 01/01/2019	(145)

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia, até a presente data, não identificou quaisquer eventos subsequentes significativos para divulgação nas suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

Larissa Dantas Gentile
Diretora Presidente

Eliana de Menezes Bandeira
Diretora Administrativo Financeiro

Sérgio Henrique Guimarães de Paula
Diretor Técnico Comercial

Jairo César Dourado Pinto
Contador CRC/RN-006872/O-7

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2018**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS - POTIGÁS
EMPRESA DE CAPITAL FECHADO - CNPJ(MF) 70.157.896/0001-00
Av. Brancas Dunas, 485 – Edf. Antares - Candelária – CEP.: 59.064-720
Natal – RN.

Prezados Senhores,

1) Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS - POTIGÁS** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS - POTIGÁS** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2) Base para Opinião com Ressalva

Conforme nota explicativa nº “5 – Contas a Receber – Circulante e Não Circulante” a Companhia apresenta em seu “Contas a Receber” com o Estado do Rio Grande do Norte e na conta “Fornecedores – PETROLEO BRASILEIRO S.A. – Gás Incentivado”, o montante de R\$ 80.446 mil em 31/12/2018, cuja composição gradativa do saldo remonta à operações iniciadas a partir do exercício de 2004, registrados respectivamente, no Ativo e Passivo Não Circulante, cujo efeito financeiro é anulado por contas retificadoras integrais de aludidos saldos que são relativos ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial pelo Incentivo de Gás Natural – PROGÁS, para os quais não obtivemos confirmação externa do saldo por parte do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. O mérito dessa matéria encontra-se “sub judice”, o que denota a insegurança quanto aos valores registrados nas supramencionadas rubricas contábeis. Isto posto, devido não evidenciar dos saldos de R\$ 80.446 mil, e da decorrente incerteza de realização de aludidos saldos e de eventuais ajustes em decorrência do desfecho do processo judicial n.º 0804220-85.2014.8.20.0001 em curso, deixamos de opinar sobre os efeitos em aludidas contas patrimoniais e sua repercussão em contas de resultado e patrimônio líquido.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, instituída “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

3) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a POTIGÁS continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a POTIGÁS ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

4) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da POTIGÁS.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- ✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a POTIGÁS a não mais se manter em continuidade operacional, notadamente em função da ênfase 5.1. adiante.

- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

5) Ênfases

5.1. Risco de Descontinuidade dos Negócios da POTIGÁS.

Embora a Companhia divulgue na nota explicativa nº 10, Partes Relacionadas, que no caso a Companhia seja obrigada a reconhecer, por força de decisão judicial e/ou decisão de seus acionistas, a pretensa dívida do PROGÁS no seu Balanço Patrimonial, os impactos econômicos e financeiros decorrentes deste reconhecimento tornarão a Companhia insolvente comprometendo a sua continuidade, e apesar da relevância de aludidas incertezas, as demonstrações foram levantadas levando em conta somente os princípios e pressupostos da continuidade normal de seus negócios, de modo que os saldos apresentados no Balanço Patrimonial, notadamente, aqueles representativos das diversas provisões, podem não ser, como de fato não o são, suficientes para a cobertura das “exigibilidades totais” em caso de uma eventual descontinuidade de suas atividades.

Neste sentido, reiteramos e enfatizamos conforme registrado na precitada nota explicativa nº 10 que a assessoria jurídica da POTIGÁS em 25/04/2016, através do seu parecer n.º 100/2016, reiterado e ratificado pelo memorando n.º 2 de 2017 datado em 07 de março de 2017, classifica como possível a perda da ação movida pela PETROBRAS S/A em desfavor do Estado de Rio Grande do Norte e da POTIGÁS, por meio do processo judicial n.º 0804220-85.2014.8.20.0001 da 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Natal/RN.

6. Outros Assuntos

6.1 Relatório da Administração

A administração da POTIGÁS é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precisadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

6.2 Demonstração do Valor Adicionado - DVA:

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da **COMPANHIA POTIGUAR DE GÁS - POTIGÁS**, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e considerada como informação suplementar pelo padrão dos IFRS's, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

6.3 Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nossos auditores, cujo Relatório de Auditoria, foi emitido em 05 de março de 2018, com opinião modificada devido a ressalva mencionada no item 2 deste relatório e ênfases.

Natal/RN, 22 de março de 2019

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S" RN
Sócio Sênior – CNAI 1592

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S" RN
CNAI 4747

Thomaz de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S" RN
CNAI 4850